

Passagens subterrâneas do Eixão serão monitoradas

Especialista em mobilidade afirma que medida é insuficiente

Por Isabel Dourado

O Governo do Distrito Federal (GDF) começou um projeto-piloto de videomonitoramento em passarelas subterrâneas do Plano Piloto. A parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) integra um conjunto de ações voltadas à prevenção criminal e à ampliação da segurança para pedestres. Na fase inicial quatro passarelas subterrâneas serão monitoradas, uma na Asa Norte e três na Asa Sul.

Atualmente, a passarela localizada entre as quadras 102/103 Norte está em fase de teste com quatro câmeras instaladas, integradas ao sistema de videomonitoramento da SSP-DF. Cada passarela contará com quatro câmeras posicionadas estrategicamente, garantindo cobertura dos principais fluxos de circulação de pedestres. As imagens serão acompanhadas de forma conjunta pelos centros de monitoramento da SSP-DF e da Novacap, além do Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob).

Em nota ao Correio da Manhã, a Secretaria de Segurança Pública informou que na Asa Sul estão previstas 12 câmeras, distribuídas em três passarelas que conectam as quadras 101/201, 103/203 e 105/205. "As câmeras ainda não estão funcionando, em virtude da dificuldade da energi-



Secretaria de Segurança informa que videomonitoramento deve ampliar segurança

zação elétrica por parte da Neoenergia, processo que está sendo intermediado pela Novacap", informou a SSP-DF.

Um acordo de cooperação técnica entre SSP-DF e Novacap está em estudo para consolidar ações permanentes de segurança e inibir a depredação das estruturas. A revitalização das passarelas subterrâneas do Plano Piloto também está alinhada à política de Prevenção Criminal pelo Desenho do Ambiente, instituída no DF por meio de portaria publicada em janeiro deste ano, que criou oficialmente o Diagnóstico de Segurança Territorial como instrumento estratégico de apoio

às políticas públicas de segurança.

Insuficiente

Apesar do anúncio do videomonitoramento das passagens subterrâneas, o professor e pesquisador em mobilidade, Carlos Penna, avalia que a medida é insuficiente e não resolverá o problema da insegurança. "Todas as passarelas do Eixão Sul e Norte deveriam ter sido transformadas no padrão das passarelas do metrô. As passarelas do metrô são largas, limpas, policiadas e as passagens subterrâneas são sujas, sem iluminação e sem qualquer policiamento", critica.

De acordo com Penna, o videomonitoramento apenas permitirá acompanhar os crimes em tempo real, sem enfrentar as causas do problema. Ele defende a necessidade de revitalizar as passarelas, nos moldes das do metrô, além de ampliar a malha metroviária. "Não adianta colocar câmera, porque não vai resolver, não chegará na raiz do problema. No máximo, o que se vai ter são as imagens em tempo real da pessoa sendo atacada ou dos crimes. O GDF foge de adotar qualquer solução que implique o aumento de passageiros para o metrô. Isso tudo tem a ver com o abandono do metrô por parte do GDF."

Grupo focado em furto de caminhonetes de luxo é alvo da PCDF

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) iniciou a semana com uma ação integrada que resultou no desmonte de um grupo com atuação interestadual voltado à subtração de veículos.

A iniciativa foi conduzida pela Coordenação de Repressão aos Crimes Patrimoniais (Corpatri) e teve desdobramentos simultâneos em diferentes estados. Foram executadas 110 ordens judiciais autorizadas pelo Poder Judiciário, incluindo prisões preventivas e temporárias, além de medidas de busca, apreensão e bloqueio de patrimônio.

A apuração identificou 53 ocorrências ao longo de 2025, com prejuízo estimado em R\$ 15,9 milhões, valor equivalente aos bens retirados de circulação. As diligências ocorreram no DF,



Operação aconteceu no DF, Goiás, Ceará e Rio de Janeiro

Ceará, Goiás e Rio de Janeiro.

Entre os alvos estão integrantes responsáveis pela articulação das ações e pela logística empregada na retirada e no destino dos automóveis. O trabalho também buscou interromper o fluxo fi-

nanceiro do grupo, com restrições sobre imóveis, veículos, contas bancárias e outros ativos.

Os levantamentos apontam para a prática de furto qualificado, organização criminosa e adulteração de sinais identificadores.

Haviam ainda indícios de ocultação e dissimulação de recursos obtidos ilegalmente, com reinserção no mercado formal. As apurações, conduzidas ao longo de 11 meses, revelaram uma estrutura estável, com divisão de funções e repetição de métodos. Parte dos automóveis era encaminhada a oficinas para desmontagem e revenda de peças, inclusive por meio digital. Outra parcela seguia para áreas de fronteira, onde era utilizada em esquemas de troca por entorpecentes destinados ao mercado nacional.

Também relacionada ao roubo de caminhonetes de luxo, em 2025, a PCDF realizou a Megaoperação Sakichi. Na época, foram presos 33 suspeitos após o furto de 29 veículos em Pirenópolis e em diversas regiões do DF.

MPDFT analisa dados de homicídios de 2019

O Ministério Públíco do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) lançou ontem (4) o Relatório Verum 2019, que reúne dados sobre homicídios registrados.

O documento examina 384 inquéritos policiais e as ações penais decorrentes, com informações sobre investigação, denúncias, julgamentos, condenações e feminicídios, organizadas por circunscrição judiciária. O material apresenta um panorama do andamento dos crimes contra a vida na Justiça.

O estudo foi coordenado pelo Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida e utilizou dados extraídos do sistema Verum, ferramenta de Business Intelligence. A plataforma acompanha a tramitação dos casos desde a abertura do inquérito policial até o arquivamento ou julgamento pelo Tribunal do Júri.

A análise permite observar o fluxo processual e identificar pontos de atenção e desafios enfrentados ao longo das etapas judiciais.

Dos inquéritos instaurados para apurar os homicídios, 377 envolveram 1 vítima, 6 casos tiveram 2 vítimas e 1 inquérito registrou 3 mortes. Ao todo, foram contabilizadas 392 vítimas.

No período, o MPDFT ofereceu 259 denúncias relacionadas a esses crimes. Desse processo, 224 já haviam sido julgados em 1ª instância, com 158 réus condenados, o que indica taxa de condenação próxima de 70%. Em relação ao tempo de oferecimento das denúncias, o relatório aponta que 91% foram apresentadas em até 2 anos após a ocorrência do crime.

O levantamento também mostra diferenças regionais na taxa de elucidação. Planaltina registrou o maior índice, com 85,4%, seguida por São Sebastião, com 71,4%, e Gama, com 70,6%. Considerando todas as regiões, o percentual de resolução no Distrito Federal chegou a 72,1% no prazo de até 5 anos. O documento ainda avalia a duração dos processos.

Os casos de 2019 levaram mais tempo para chegar ao julgamento em comparação aos de 2018. A mediana entre o crime e a sentença em 1ª instância foi de 808 dias, enquanto no ano anterior ficou em 742,5 dias, cenário associado aos impactos da pandemia nos trabalhos.